

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Trab Cent
S, 8 (2)
2268

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**A EDUCAÇÃO PELA HIGIENE: CONTROLE SOCIAL, CONCEPÇÕES DE
CIVILIDADE E CIDADANIA. UBERABINHA, MG NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

HANDEL CARRERA CHING

2268 (2)
S. 15

Av. Antônio Carlos, 6627 - Uberlândia - MG - 38400-902
Fone: (35) 4009-9021 - Uberlândia - MG - 38400-902

HANDEL CARRERA CHING

**A EDUCAÇÃO PELA HIGIENE: CONTROLE SOCIAL, CONCEPÇÕES DE
CIVILIDADE E CIDADANIA. UBERABINHA, MG NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho.

Uberlândia, Agosto de 2007

HANDEL CARRERA CHING

A EDUCAÇÃO PELA HIGIENE: CONTROLE SOCIAL, CONCEPÇÕES DE CIVILIDADE E CIDADANIA. UBERABINHA, MG NA PRIMEIRA REPÚBLICA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho – Orientador

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

Prof. Ms. Flávio César Freitas Vieira

Dedico este trabalho aos meus pais, Rubén Enrique Ching e Imel Medeiros Carrera Ching, os quais me incentivaram e me apoiaram incondicionalmente. Aos meus irmãos, cunhadas, sobrinhos que compreenderam minhas ausências nas reuniões familiares na busca de me aperfeiçoar intelectualmente.

Agradeço aos meus orientadores, Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho pela paciência, profissionalismo e dedicação despendida a mim. Também ao Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto que me auxiliou ainda no início do curso, portanto na minha imaturidade acadêmica. À Universidade Federal de Uberlândia pelos auxílios, tanto financeiros como pedagógicos. E ao povo brasileiro, que de forma direta ou indireta me bancaram os estudos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a ampliação das discussões sobre as representações sobre os projetos de cidadania da, então, recém-criada República – dentre suas várias facetas, priorizamos a higiene e a educação –. A República trouxe consigo os ideais liberais de liberdade, igualdade e fraternidade do cidadão, era preciso, então, alcançar todas as camadas da população e alfabetizá-las. Assim a educação e a higienização, representadas como base de uma sociedade civilizada, passam a ter um papel profético de fazer do Brasil um país respeitado e culto, através delas o Brasil caminharia nas sendas do progresso, dando um passo adiante na evolução da humanidade e, deixaria para trás as mazelas e atrasos, que eram entendidas como frutos do Regime Imperial. Buscava-se criar um espírito de povo no Brasil, nacionalista e cívico. A civilidade, portanto, era entendida como processo necessário para a constituição do povo brasileiro, logo, como consolidação da República. Esta pesquisa se faz necessária, pois aprofunda na discussão do ordenamento e racionalização do espaço urbano de Uberabinha, bem como as mudanças nas práticas culturais da população e como a educação foi usada para intervir nesse processo. Nossa metodologia foi a análise e interpretação dos documentos oficiais, como as Atas da Câmara Municipal de Uberabinha, Código de Posturas e Relatórios de Inspeção, bem como os discursos travados pela imprensa uberabinhense, 1898 a 1920. Os cortes geográfico e cronológico são feitos para melhor análise, porém são propostos com o cuidado de não desvincular a história regional do contexto da História da Educação brasileira. Toda essa discussão sobre a organização e racionalização da urbe através da educação e da higienização também é encontrada no Legislativo de Uberabinha. As elites municipais confiavam nas instituições de ensino como o caminho para o progresso da cidade. Não por acaso, as primeiras leis do município de Uberabinha em 1892 são relacionadas à educação e esse esforço legislativo-educacional persiste até 1899, quando da última reforma do Regimento Escolar do município. Além dessas análises, as atas do legislativo e os artigos da imprensa local, permitem também que percebamos quais eram os discursos e embates travados pelas elites uberabinhenses durante a Primeira República brasileira. Esses choques de ideais eram lutas para colocar em prática projetos distintos para a sociedade brasileira, de um lado havia os oligarcas e do outro os industriais, conservadores e liberais que discutiam qual o melhor caminho a trilhar.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 – O urbano como espaço higiênico em Uberabinha	16
Capítulo 2 – Utopias do Urbano: Representações e ações para a Ordem Pública em Uberabinha	33
Capítulo 3 – Educação e Higiene: dimensões da forma(ta)ção social em Uberabinha	42
Considerações finais	49
Referências Bibliográficas	52

INTRODUÇÃO

Este é um estudo fruto de inquietações e questões que pulularam ainda na minha graduação no curso de História da Universidade Federal de Uberlândia acerca dos discursos educacional e higienista que circularam na imprensa local e que deram o tom nas leis que vigoraram em Uberabinha no período da República Velha. Meu interesse pela História da Educação está diretamente imbricado com o início de minha graduação no curso de Pedagogia, o qual tranquei por perceber que o curso de História me possibilitaria melhores ferramentas para investigar o processo da educação escolar brasileira, bem como a educação não-formal, ou seja, a educação passada pela tradição, pela vivência familiar e em inúmeras formas que não na escola, a qual o curso de Pedagogia não aborda com a mesma importância dispensada à educação formal ou escolar. Nesse sentido, busquei a orientação do professor doutor Wenceslau Gonçalves Neto que já desenvolvia um projeto de pesquisa sobre a organização da educação pública no município de Uberabinha, MG na Primeira República. Como parte do projeto, digitalizei vários documentos das Atas da Câmara Municipal de Uberabinha as quais entendi como fonte inesgotável para a pesquisa local sobre a educação e a higiene nos discursos produzidos pelas elites uberabinhenses. Em virtude do afastamento do professor Wenceslau Gonçalves Neto para Portugal, com o objetivo de seus estudos de pós-doutoramento, fui brindado com a orientação do professor doutor Carlos Henrique de Carvalho, o qual aprofundou o projeto ampliando as fontes com a introdução da imprensa local e relatórios de inspeção do município e também o uso da literatura. Dessa maneira, o meu projeto de pesquisa, que é um desdobramento do projeto mais amplo dirigido por este último professor, priorizou os discursos higienistas e a própria representação da higiene como alicerce de um país que queria moldar uma identidade aos seus novos cidadãos, e também qual foi a ressonância desses discursos em Uberabinha, até onde esta cidade se aproximou e se distanciou do que fora defendido pelos políticos das grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Além dos discursos, analisaremos no decorrer desse texto ações que se deram nos poderes legislativos e também no executivo que se

justificavam na ciência da higiene forjando, assim, uma ação política em ação profilática para o bem estar da população uberabinhense.

Por ser uberlandense, cresci em um ambiente que louva esta cidade como um centro de trabalho e de progresso, cidade que encanta quem por aqui passa com seu povo laborioso e sem temor do futuro por se basear no suor do trabalho. Ainda hoje os uberlandenses se enaltecem pelos números e estatísticas que elevam Uberlândia aos patamares de cidades de seu porte de países desenvolvidos, seja pelo tratamento de água, seja pelas ruas asfaltadas, ou pelo baixo índice de mortalidade infantil e mesmo a “ausência” de favelas, estas entendidas como reduto da pior espécie humana, pessoas degradadas pela falta de asseio pessoal e socialmente patológicos por praticarem ações vistas como aquém da civilidade. Ou seja, dentre os inúmeros valores que os cidadãos dessa cidade acreditam ser indispensável para uma cidade ordeira e civilizada, a higiene, um dos principais valores no início do século XX, é vista e entendida como algo superado em nossa cidade e pelos discursos veiculados pela mídia pode-se apreender uma naturalização de costumes que, na verdade, foram construídos socialmente desde a Primeira República. Contudo, a realidade está muito aquém do que é idealizado nos discursos das elites locais.

Nada mais republicano do que os centros urbanos, entendidos como focos de civilidade que se espalharam por toda a República brasileira no final do século XIX e início do XX com o intuito de educar, higienizar, instruir, em suma, civilizar o indolente sertanejo que andava perdido pelos rincões do Brasil. Dessa forma, este estudo buscou compreender os projetos de Uberabinha enquanto cidade que foram propostos no início do século XX, ou seja, projetos que idealizavam um espaço urbano racionalizado e construído de forma conflituosa por diferentes ideais propostos pelas próprias elites¹ e também no conflito entre elites e a grande massa de cidadãos anônimos que tiveram seu modo de vida confrontado e contestado. A análise abarca o período de 1888, data de emancipação de Uberabinha da cidade de Uberaba

¹ Entendemos por elite pessoas que estavam inseridos na vida política da cidade, bem como oligarcas possuidores de grandes áreas de terras os quais tinham um grande poder na cidade, muitas vezes estes eram os políticos mais influentes, mas também pequenos proprietários de terras. E também a elite intelectual formadora de opinião, esta com representantes donos de periódicos, ainda que com menos poderes econômicos que as outras elites, tinham voz nas ações da edilidade.

até 1930, fim da República Velha. Contudo, não trabalhamos essas datas de forma estanque, quando necessário avançamos e recuamos nas mesmas para entender o processo histórico de forma mais completa.

Uberabinha, cidade localizada no Triângulo Mineiro, se emancipa de Uberaba no ano de 1888, por meio da lei 3.643 e, como muitas outras cidades, é contemporânea da, então, recém proclamada República. Por sua localização geográfica, as cidades do Triângulo Mineiro tiveram laços mais estreitos com o estado de São Paulo do que com a própria capital mineira de então – Ouro Preto – seja na economia ou na cultura. Nesse sentido, Uberabinha se destacou como uma cidade que se despontaria como entreposto comercial que ligava o sul do estado de Goiás e o norte de São Paulo. Exemplo disso é a construção da malha ferroviária que unia esta cidade com o estado vizinho paulista. De acordo com Wirth, brasilianista britânico que analisou as peculiaridades do estado das Gerais no período da Primeira República brasileira disse que: “O Triângulo e grande parte do Sul pareciam pertencer naturalmente ao mercado paulista, com o qual estavam ligados através de boa estrada e comunicação por via férrea”².

A ferrovia, além de contribuir para o desenvolvimento do mercado entre esses dois estados, também cumpre um papel fundamental na transmissão e propagação de ideais e formas de conceber o mundo, portanto, a rede ferroviária pode ser entendida como artérias que pulsavam informações, cultura, pensamentos políticos, moda etc. às regiões mais periféricas dos grandes centros. Esses ideais eram propagados pelos jornais e periódicos que circulavam na região oriundos do estado paulista, como nos diz Wirth acerca das elites mineiras “Os líderes estaduais continuamente lamentavam o fato de grandes áreas em Minas serem servidas com mais eficiência pelos diários de Rio e São Paulo [...] o Triângulo e o Sul dependiam dos jornais paulistas”³.

Essa influência pôde ser percebida nos vários artigos dos jornais de época que exaltavam o dinamismo e a ‘predisposição’ do povo paulista ao progresso e como ele era um exemplo a ser seguido nas áreas comerciais,

2 WIRTH, J. D.. O Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira. Paz e Terra. São Paulo, 1982. p. 77

3 Idem. P. 132

industriais, educacionais etc. Entretanto, esses discursos não estavam isentos de chocarem com particularidades de uma pequena cidade do interior brasileiro, ou seja, esses ideais não eram absorvidos de forma passiva, muitos eram filtrados e/ou ressignificados de acordo com as conveniências das elites locais, as quais tinham ainda na terra a fonte de seu poder, diferente de São Paulo que já contava com uma nascente elite industrial. Além da localização geográfica, faz-se necessário, para melhor compreensão dos ideais das elites uberabinhenses, sua fundação, quem eram e como pensavam aqueles que tinham o poder de decisão na urbe uberabinhense, bem como apreendermos qual a importância desses jornais que circulavam em número reduzido e que não representavam a cidade como um todo, senão os pequenos grupos dominantes que defendiam projetos que ora se aproximavam ora se afastavam das elites de cidades mais importantes do Brasil.

A gênese da cidade de Uberabinha, como um centro urbano, está diretamente imbricada com a migração de populações que viviam na zona rural do Brasil ou em outras cidades. Vale lembrar que este período pós 1889, as cidades passam a ser idealizadas como “a idéia de centro das realizações, de saber, comunicações, luz...”⁴, ou seja, um palco onde a civilização encenava seu papel principal, o de modernizador do Jeca-Tatu⁵, este, um indolente, doente e apático, a própria personificação da imagem retrógrada da ruralidade brasileira. O Brasil tentava apagar de sua memória e esconder das outras nações o seu atraso, o qual projetado ao Império que produzira uma inércia ao desenvolvimento e progresso brasileiro. Logo, depositava-se na República a esperança de ser uma nação respeitada e desenvolvida como as européias, isso porque as elites intelectuais brasileiras, influenciadas pela filosofia positivista, acreditavam que com esse tipo de governo, o Brasil poderia avançar e “queimar” etapas que não haviam sido cumpridas na sua formação enquanto nação moderna.

4 WILLIAMS, R. O campo e a cidade: na história e na literatura. Companhia das Letras. São Paulo, 1989.

5 Personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato na obra *Urupês*. Esta figura simboliza o atraso, a apatia, a indolência e as doenças do povo sertanejo do Brasil, muito aquém das nações desenvolvidas que já contavam com cidades urbanizadas. Este escritor paulista, foi fortemente influenciado pela ideologia americanista quando fora enviado como representante comercial do Brasil nos EUA. Desde então, Lobato, encantado com a tecnologia norte-americana, busca convencer as autoridades brasileiras que o tecnicismo era o paradigma para um Brasil moderno.

Uberabinha, assim como outras cidades do Triângulo, tinha suas elites ligadas à terra, nos apropriamos da análise do brasilianista Wirth sobre as elites do Triângulo Mineiro para tentar entender Uberabinha, “A sociedade de elite. Com suas raízes agrárias e caráter municipal estava plenamente formada por volta de 1850”⁶ e essa mesma estrutura sócio-econômica vigorou após a proclamação da República. As raízes dessa sociedade eram agrárias, isto é, o poder se dava ainda pela quantidade de terras que se acumulava, contudo, o “caráter municipal” dava o tom de suas ações. Ou seja, havia um Projeto Republicano de Brasil, o qual era ora apropriado ora rejeitado pelas elites do interior do país. Ainda que esse projeto macro fosse defendido como solução para o descompasso brasileiro frente aos países europeus, não havia um consenso entre as elites intelectuais, as econômicas e as políticas. Todavia, esses projetos se chocavam com outras elites que tinham projetos e propostas diferentes das apresentadas pelas oligarquias e, mais diretamente, com outros extratos da população. Dessa maneira, esta população menos favorecida teve suas práticas cotidianas questionadas, “seus modos de vida foram vistos como retrógrado; suas habitações, insalubres; suas formas de trabalho, poluidoras; sua economia, incipiente; sua vida, ameaçadora da ordem”⁷, como consubstanciação do próprio Jeca-Tatu. Essas transformações é que me chamaram a atenção. Como, por que e por quem foram implementadas essas novas práticas sociais? Qual foi o papel da educação na forma(ta)ção desse cidadão que se forjara para essa nova República? Essas são algumas perguntas que pretendo problematizar contribuindo para um melhor entendimento do papel da História da Educação regional, mais especificamente em Uberabinha. Para tentar respondê-las pretendo analisar as questões na dialética entre essas duas tradições, isto é, entre o ideal civilizador propugnado pelas elites locais em oposição às tradições consolidadas nas práticas cotidianas da denominada população indolente e apática.

6 WIRTH, J. D.. O Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira. Paz e Terra. São Paulo, 1982. p. 121

7 CASTRO, A. P. Cantelli. Organização e disputas pelo espaço urbano: Uberabinha/MG (1890-1930). Uberlândia: Dissertação de mestrado defendida na UFU, 2003. p. 9. Esta pesquisadora contribui com esta investigação por ter se aprofundado sobre os conflitos que ocorreram na Primeira República em Uberabinha pelos diferentes grupos sociais que aqui residiam. Dessa forma, Castro expõe a dicotomia que havia entre a grande massa da população uberabinhense e as leis e regulamentos que oprimiam e pressionavam para a periferia a população mais pobre, as quais foram contestadas por seus modos de vida.

Esta pesquisa buscou desde seu início rechaçar todo e qualquer “contexto” já dado como pronto, dessa maneira, é no diálogo com as fontes primárias e também secundárias, que estabelecemos através do processo histórico quem eram as elites locais, como pensavam e como agiam em prol de seus projetos e interesses, bem como, quem era a massa que fora reeducada, quais foram as novas práticas que se materializaram na Uberabinha do início do século XX. Essa abertura de problematizar as fontes nos foi possibilitada com a Historiografia Francesa que entende as fontes não como a verdade, nem como espelho fidedigno do ocorrido, mas como uma representação do real, elaborado por homens que tinham uma concepção particular do mundo em que viviam. Ou seja, toda fonte deve ser questionada e analisada como um documento parcial abarrotado de opiniões pessoais ou coletivas, mas sempre defendendo seus interesses.

Outra peculiaridade da Historiografia Francesa que é trabalhada nesse estudo é a da história problema, ou seja, esta investigação tenta responder algumas questões que foram levantadas junto às fontes analisadas. Não pretendemos esgotar as questões sobre como a educação, enquanto processo de intervenção social que ocorre tanto na escola como fora dela, antes, desejo contribuir, modestamente, e somar com as pesquisas que se desenvolvem acerca da educação e suas representações em Uberlândia e região. As fontes que são citadas no decorrer do texto são entendidas como documentos parciais que expõe uma concepção de um indivíduo ou de um coletivo, portanto, não são imparciais tampouco neutras. Por isso, devem ser analisadas com um olhar crítico para que sejam desvendadas e apreendidas. Além dessas fontes, proponho um diálogo com a literatura de época.

Dessa forma, busquei um autor que tivesse um cunho mais crítico da sociedade brasileira do início do século XX e encontrei no livro *Os Bruzundangas* um estilo de sátira, um tanto ácida, da realidade brasileira. Escrito por Lima Barreto⁸, este livro expressa do ponto de vista de um

⁸ Lima Barreto era filho de Manoel Joaquim de Lima Barreto (mulato nascido escravo) e de Amália Amanda Barreto (filha de escrava liberta da família Mendes de Souza). Simpático ao Anarquismo passou a militar na imprensa socialista, foi o crítico mais agudo da época da República Velha no Brasil rompendo com o nacionalismo ufanista e pondo a nu a roupagem da República, que manteve os privilégios de famílias aristocráticas e dos militares. Em sua obra, de temática social, privilegiou os pobres, os boêmios e os arruinados. Foi severamente criticado pelos seus contemporâneos parnasianos por seu estilo despojado, fluente e coloquial, que acabou influenciando os escritores modernistas. Lima Barreto

intelectual quais eram os principais problemas da sociedade brasileira, suas mazelas, seus coronéis (para ele, o maior problema do Brasil, os oligarcas), uma grande massa analfabeta e uma “nobreza doutoral”⁹. Além da literatura, uso como fontes primárias os periódicos de época, principalmente O Progresso, Atas da Câmara, Livros de Inspeção e o Código de Posturas do Município. Justifico a importância de se usar os periódicos já que, segundo Wirth:

A imprensa local foi outro marco do regionalismo mineiro. De maneira geral, um jornal de cidade pequena continha notícias políticas e anúncios comerciais numa edição semanal de menos de 500 cópias. Geralmente pertencia ao chefe político do local, cujo domínio era disputado por um chefe rival com sua própria imprensa. Fica evidente que os jornais desempenharam uma função primordial na política local. Como foro para o debate verbal, a imprensa deu às celebridades locais um meio de sustentar a violência em nível menor, sem tiroteios ou assassinatos (...) o números de jornais (quase sempre efêmeros) dedicados à literatura e ao humor estavam em segundo lugar dentre as publicações de interesses especializado, depois da imprensa religiosa. A imprensa foi um pilar para a política, comércio e cultura no centro de gravidade do estado, a nível local.¹⁰

Ou seja, era na imprensa onde as elites que divergiam na Câmara tentavam aproximar seu discurso à população a qual lhes interessava. Isto é, para os vereadores era importante que a população letrada e alfabetizada entendesse e corroborasse com as idéias de seu respectivo grupo, ficando assim um diálogo entre iguais, retirando do cenário de decisões sobre a urbe da grande massa analfabeta, formada por brancos pobres, ex-escravos e imigrantes os quais chegavam para substituir a mão-de-obra negra. Outro ponto importante no caráter da pequena imprensa era o de foro de debates de grupos rivais, que encontravam nesse meio de comunicação uma ferramenta para expor suas divergências, marcar posições, externar seus desafetos etc.

queria que a sua literatura fosse militante, para ele escrever tinha finalidade de criticar o mundo circundante para despertar alternativas renovadoras dos costumes e de práticas que, na sociedade, privilegiavam pessoas e grupos. Ou seja, para Lima, o escritor tinha uma função social.

9 Cf. LIMA BARRETO. Os Bruzundangas. Editora Ática. São Paulo, SP. 1998.

10 WIRTH, John D. O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 131.

mas de uma forma condizente com a nova civilidade pretendida pelas elites, um foro onde o se chocam são as idéias e não as pessoas.

Portanto, para melhor compreensão deste trabalho, dividimos em capítulos que irão se aprofundar em temas que julgamos importantes para a sustentação teórica e, também na explanação das fontes utilizadas. Dessa forma, no primeiro capítulo traçaremos a situação político-econômico e social da Uberabinha republicana e como se deu a inserção desse município no âmbito federal da República Velha. No capítulo dois proponho um cruzamento das fontes levantadas com a literatura abordando conceitos amplos como cidadania, patriotismo, civismo etc., e como esses valores foram difundidos como amálgama de uma nação fragmentada num grande mosaico social e cultural. Nesse capítulo me baseio na categoria das “tradições inventadas”¹¹ que Hobsbawm¹² cria para explicar como as nações modernas se utilizam desse discurso para massificar interesses que são específicos das elites. No terceiro e último capítulo, debruçaremos mais detidamente no campo da educação, levantando as discussões e diálogos encontrados nas fontes que elencamos na tentativa de filtrar e apreender quais eram os projetos que se desenhavam para a província de Minas e, por consequência, Uberabinha. Porém, analisaremos também, até que ponto esta cidade corrobora das legislação provincial e quais os pontos que a afasta do governo do estado.

11 Cf. HOBBSAWM, E. e RANGER, T. (orgs.). A invenção das tradições. Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 1997.

12 Eric Hobsbawm, historiador britânico, neo-marxista que, dentre sua vasta produção, desenvolveu uma investigação sobre a invenção de tradições. Dessa forma, apreendemos de suas idéias elaboradas sobre o porquê das tradições inventadas em seus respectivos países como forma de amalgamar o povo ou justificar instituições etc. e, dessa forma, pretendemos compreender algumas práticas que foram recorrentes nas elites brasileiras sob a perspectiva de Hobsbawm.

CAPÍTULO I

O URBANO COMO ESPAÇO HIGIÊNICO EM UBERABINHA

Embora Uberabinha seja o espaço urbano que focaremos nessa pesquisa, é importante caracterizar melhor essa cidade que não tinha expressão política ou econômica, seja na esfera local, ainda menos na estadual e federal. Cidades muito mais estabelecidas como Uberaba e Araguari tinham maior poder político junto à capital mineira. Contudo, esse trabalho aproveita dessa situação para compreender quais foram as aproximações e/ou afastamentos que houve nas ações da racionalização do espaço urbano de Uberabinha comparando com as ações que ocorreram nas grandes cidades e, também, em cidades de importância regional, como no caso de Uberaba e Araguari. Até que ponto esta cidade compartilhou dos projetos de modernização idealizados pelos grandes centros brasileiros? Quais foram os limites dessa modernização, fronteiras impostas pelas elites locais que ainda mantinham uma forte ligação com a terra e dela retirava seu poder, diferente de Rio de Janeiro e São Paulo que já contavam com o início da industrialização, portanto, a gênese de uma elite industrial. Dessa forma, seria ingenuidade ou negligência da nossa parte afirmar que as elites locais de Uberabinha compartilharam dos mesmos valores modernizadores das elites industriais paulistas e cariocas.

Algumas representações que as elites uberabinhenses tinham de si mesmas podem nos dar pistas de como elas pensavam sobre a organização urbana da recém emancipada cidade: a da pré-disposição ao trabalho e uma confiança inabalável nos méritos de cidade ordeira e dinâmica. Um importante documento elaborado pela Câmara de Vereadores de Uberabinha e que usamos em nossa pesquisa para apreender quais eram as concepções de modernidade e civilidade e como as elites locais materializavam esses ideais é o conjunto de regras do Código Municipal de Posturas de 1913¹³. Como todo

13 Entendemos que esse código fora uma materialização dos ideais propostos pela elite uberabinhense como uma parte local do Projeto Republicano que havia no país no período da Primeira República. Em um país de proporções continentais, sem uma organização eficiente de

código, ele apresenta as aspirações de grupos dominantes do poder político local e pode ser entendido como uma representação daquilo que se entendia por civilidade, urbanidade, patriotismo, cidadania etc. Esse grupo que tinha as rédeas do governo do município se balizou neste código para propor uma cidade pautada no dinamismo e na modernidade, afastando os males e vícios que tentavam perdurar no ambiente urbano, retardando o progresso da nação brasileira. Esse período se caracterizou como a fase de transição do Império para a República, ou seja, o passado tinha que ser esquecido e o novo regime se encarregaria de possibilitar uma nova ordem social capaz de elevar o Brasil aos patamares europeus de civilidade. Havia um grupo que defendia que os novos cidadãos – ex-súditos – deveriam ter ampliados sua participação no cenário político e, assim, justificar a democracia que era representada como mola para a sociedade moderna e para um país condizente com essa sociedade. O grupo que defendia essas idéias mais populares de República era aqueles que idealizavam o Brasil sob um governo com características mais próximas da fase dos jacobinos na pós-revolução Francesa¹⁴. As tentativas de abertura política, no entanto, chocavam-se com o poder centralizador dos oligarcas que exerciam no mando político do país, especialmente nos recantos onde a industrialização não mostrava sinais de uma nova ordem econômica¹⁵, estes tinham um cunho mais liberal e defendiam um maior distanciamento do Estado na economia e uma abertura mínima da participação popular nas decisões do país, ou seja, quanto menor a participação popular mais fácil seria a organização e implementação de seus projetos na sociedade brasileira.

A constituição de Uberabinha como uma cidade baseada na ordem proporcionaria um ambiente favorável ao progresso, isso nos ideais positivistas que influenciaram fortemente as elites brasileiras e, por ressonância, as elites intelectuais locais. Evidente que há particularidades da apropriação e ressignificação desses discursos pelas elites de Uberabinha, mas como dito

repressão estatal, esses códigos surgiram como uma solução legal, baseada em regulamentos e leis, com penalidades e multas pelas quais os moradores da cidade deveriam se educar. Através desse controle externo, podemos afirmar que por trás dessa ação, havia o intuito das elites de inculcar uma nova prática e, portanto, uma nova tradição.

14 Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. José Murilo de Carvalho nesse livro, defende a idéia de que havia um grupo da elite política brasileira que idealizava uma democracia clássica, ou seja, a democracia direta, na qual o povo não seria representado, antes, a população reivindicariam seus direitos da mesma forma aberta e direta como faziam os gregos e essa corrente ideológica chocava-se com outras, como o liberalismo e o positivismo.

15 Cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*.

acima, o Triângulo tinha uma estreita ligação com as elites paulistas. Para os republicanos mais otimistas, a cidade racionalizada, higiênica e ordeira afirmaria a República brasileira, pois, para estes, bastava a mudança do ambiente rural para o urbano para que o cidadão moderno se materializasse, isto é, a crença do homem fruto do meio em que vive, retirando desse extrato da população sua autonomia e sua ação de sujeitos no processo histórico. Na concepção das elites intelectuais havia em todos os brasileiros um cidadão burguês do tipo parisiense em potencial esperando o ambiente e o 'clima' propício para aflorar-se. Porém, com o passar dos anos ficou claro que as oligarquias locais, os mesmos que já vinham desde o Império, trataram de se organizar para a manutenção do *status quo*, operando na redução dos direitos civis e apoucando o próprio sentido de cidadania.

Numa sociedade na qual o capitalismo ia ganhando adeptos e seguidores, seus valores foram difundidos como benefícios aos cidadãos que deles se utilizavam, a positividade do trabalho, o hábito da poupança e o desejo pelo trabalho eram garantias para uma vida saudável na esfera social. O seu inverso também era verdade, o maior defeito de um cidadão era a ociosidade, o não-trabalho, a vadiagem, o indivíduo que não tinha poupado durante a vida. Para combater essas "aberrações" era necessárias a educação da população indolente, pobre e a mudança radical nos costumes rurais que persistiam nas pequenas cidades, e não diferente em Uberabinha.

É desse ponto que abordaremos as ações da edilidade, num primeiro momento as suas atuações junto a esta população entendida como alguém da modernidade, ou seja, aqueles que deveriam ser tutorados até se tornarem indivíduos autônomos e capazes de viver em sociedade. Num segundo instante, a criação de escolas que iriam difundir os ideais modernos nas crianças, garantindo assim uma sociedade mais "domesticada" ao trabalho e menos resistentes às investidas do governo na suas formas de vida que eram constantemente mascaradas de ações higiênicas e científicas para benefício da população mais pobre, em suma, a forma(ta)cão do cidadão.

Pelos discursos dos vereadores – como J. S. Rodrigues da Cunha, Marciano Saturnino de Ávila, José Camin, estes membros do Partido

Republicano Municipal, vulgarmente chamado de Cocão – que encontramos nas Atas e nos periódicos compreendemos a importância que se vinha dando a novos paradigmas no campo social como a cidadania, civilidade, patriotismo etc. Para as elites intelectuais¹⁶ da cidade, não havia outro caminho a percorrer que não o do progresso, sendo a higiene um dos valores que se ~~se~~. Seria ela a salvação do atraso e descompasso que sentia o sertão brasileiro em comparação com a capital da República e esta, para com os países europeus mais desenvolvidos. Eles entendiam que uma limpeza urbana era urgente, retirar do centro da urbe toda poluição visual que enfeava a cidade, pois somente com o espaço público e urbano organizado e racionalizado seria possível operar na profilaxia social retirando o ‘câncer’ social da indolência do Jeca. Nesse sentido, na segunda parte das “Posturas Municipaes: Leis e Regulamentos” lemos toda a regulamentação para se construir no centro e no subúrbio de Uberabinha: como deveriam ser as construções, quantas pessoas poderiam viver nessas habitações, como deveriam ser construídos os passeios e os muros, que tipo de material podia ser usado na cobertura da casa etc. Porém, toda essa regulamentação foi utilizada não somente para as novas construções, senão também na justificativa de desapropriações e retiradas da população mais carente que já viviam no centro de Uberabinha, ou seja, esses regulamentos operavam numa cidade que desejava esconder suas mazelas sociais, ações que estavam diametralmente opostas de soluções para diminuir os distanciamentos e desigualdades existentes entre os habitantes da urbe uberabinhense que se mostraram mais fortes com a materialização do capitalismo. Na verdade, o que os legisladores, da então, Uberabinha pretendiam era promover uma reforma urbana à européia, ou seja, no mesmo formato das realizadas em Paris e Londres no final do século XIX, ou ainda, da mesma forma que Pereira Passos encaminhou a reforma urbana no Rio de Janeiro.

Para as elites locais, tanto a intelectual como política, a classe mais pobre era também a mais perigosa, pois esta se chocava constantemente com

16 Aqui entendidas como cidadãos que eram donos proprietários dos pequenos periódicos que circulavam na cidade, bem como articulistas que escreviam nas colunas dos jornais. Muitos destes articulistas faziam parte também da elite política, já que eram membros da Câmara Municipal de Vereadores, porém, não foi possível levantar através das fontes utilizadas a filiação de todos os vereadores nos seus respectivos partidos, embora saibamos que os dois principais partidos eram o Partido Republicano Municipal, conhecido como Cocão e o Partido Conservador, denominado vulgarmente por Coió.

os valores e ideais que se queria difundir nos modernos centros urbanos. Podemos afirmar isso ao analisarmos os discursos nos periódicos que circulavam semanalmente na cidade os quais discorriam sobre o cidadão ideal que se esperava na nova República. Em relação a esse cidadão holístico¹⁷, nota-se nos jornais locais uma concepção idealista de suas práticas e de como ele deveria pautar sua vida. Esses periódicos apontavam para a necessidade dos habitantes da urbe se adequarem ao projeto civilizatório, gestado pelas elites locais, que acreditavam ser os caminhos mais corretos e regeneradores para a população. Pode-se, no entanto, apreender quais eram as concepções sobre civilidade, cidadania, patriotismo, civismo etc., ou seja, esses projetos lograriam a constituição desse cidadão completo, capaz de viver numa democracia, livre e responsável e o que fosse oposição deveria ser afastado e/ou escondido das vistas do progresso.

“Não há porque negar os conflitos de interesse surgidos entre os proprietários estabelecidos e os ambiciosos recém-chegados, ou entre os donos de capital fundiário e os de capital mercantil; e sem dúvida tais conflitos tinham reflexos políticos na formação de partidos “do campo” [...] e da “cidade””¹⁸.

Vale ressaltar que são os cafeicultores e cacauzeiros que alcançam o poder e, a partir de então, limita a ampliação do conceito de cidadania na República Velha e por isso, eram constantemente acusados pelos intelectuais de serem os responsáveis pela inércia do progresso brasileiro. José Murilo de Carvalho chega a escrever que “Na República que não era, a cidade não tinha cidadãos”¹⁹ e acrescenta “Impedida de ser república, a cidade mantinha suas repúblicas, seus nódulos de participação social...”²⁰, ou seja, a cidade como uma extensão do rural no qual os oligarcas mantinham seus representantes nas urbes defendendo seus interesses e toda a mobilidade social dependendo do apadrinhamento político por parte dos donos da terra, ou porque não dizer,

17 Não no sentido esotérico, mas no sentido de totalidade, completo, pleno, isto é, um cidadão por completo, sabedor de seus direitos e obrigações.

18 WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. Companhia das Letras. São Paulo, 1989

19 CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. Companhia das Letras. São Paulo, 1978. p. 162

20 Idem. p. 163

os donos do poder. Portanto, podemos perceber que embora iremos abordar os choques entre os projetos das elites locais e a população carente, também nos é importante verificar os embates entre as próprias elites, as quais não comungavam dos mesmos ideais de República.

No que tange ao social, o paradoxo se apresenta de uma forma irônica na concepção de cidadão ideal para o Brasil, pois “Já ficou registrado que o fim do Império e o início da República foi uma época caracterizada por grande movimentação de idéias, em geral importadas da Europa. Na maioria das vezes, eram idéias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando numa grande confusão ideológica”²¹. A própria concepção de cidadão tinha um abismo entre como ele era entendido na Europa e aqui no Brasil. O “bourgeois gentleman, típico da elite brasileira, empresário e aristocrata, ávido de lucros e de títulos da nobreza, assumiu uma posição ambígua em relação à ética burguesa e ao capitalismo”²². Essa ambigüidade se fez presente porque numa sociedade onde o trabalho braçal era serviço de escravo – ou também chamados de boçais – e a sua ascensão social dependia mais de um apadrinhamento político junto a um coronel do que uma estrutura social hierarquizada e baseada numa racionalidade de competência do indivíduo. Logo, não justificava o filho da nascente burguesia brasileira se espelhar num profissional liberal europeu. Afirmamos isso, pois para as sociedades dos países europeus, não havia o preconceito do trabalho braçal ou não-intelectual, enquanto no Brasil esse tipo de trabalho era rejeitado mesmo por brancos ou libertos pobres. Sérgio Buarque de Holanda, pesquisador brasileiro que se debruçou sobre o tema das raízes do povo brasileiro contribui imensamente para nossa pesquisa por perceber que a irracionalidade no campo do trabalho no interior da sociedade brasileira. Em sua obra *Raízes do Brasil* ele diz: “Também se compreende que a carência dessa moral do trabalho se ajustasse bem a uma reduzida capacidade de organização social”²³. Porém, as elites intelectuais que defendiam as idéias positivistas européias estavam certas que o trabalho, nas suas diversas – e recém-criadas – áreas das necessidades da sociedade, daria a base que o

21 CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. Companhia das Letras. São Paulo, 1978. 3ª ed.

22 COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à República: Momentos decisivos. Editora Brasiliense. São Paulo, 1985. 3ª edição.

23 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Companhia das Letras. São Paulo, 1995. 26ª ed.

progresso carece para se constituir, a ordem. Observe o artigo assinado pelo Dr. Pedro Salazar²⁴:

Nada é mais prejudicial ao homem do que a ociosidade, tanto assim, que ella tem sido sempre considerada pelos philophosos moralistas como a fonte de todos os vícios, e como a causa mais preponderante da ruína dos indivíduos, das famílias e das nações. Com effeito, todo o homem, seja qual for sua profissão social, precisa trabalhar, precisa occupar o tempo em alguma coisa util, na esphera das múltiplas obrigações e necessidade da existência, necessidades estas que, é um fato de evidencia, crescem de dia para dia com as transformações que se operam no seio das sociedades modernas. Muita gente suppõe que por ser abastado ou rico, por ter um emprego rendoso, ou ainda porque espera herdar bens de fortuna, não tem precisão de trabalhar visto como trabalho sómente uma necessidade para o pobre, sobre quem peza o encargo de lutar pela vida, ganhando com o suor do rosto o pão de cada dia. Esse preconceito é uma consequencia, ou do excesso de vaidade pessoal, ou da má educação, porque ninguém nesse mundo está isento da lei do trabalho. Portanto, só a vaidade ou a má educação é capaz de crear no espírito do homem o preconceito de que o trabalho é humilhante para quem tem emprego commodo ou bens de fortuna, quando é certo que todo o trabalho é honroso, e que o que realmente é desairoso para o homem, não é o trabalho de cada dia, é a preguiça de cada dia, é a maldita ociosidade, a maior praga que flagella o individuo e as sociedades civilisadas.²⁵

Percebemos nas palavras do Dr. Salazar fortes influências do pensamento liberal e positivista que eram disseminadas pelos periódicos paulistas que circulavam aqui no Triângulo. A idéia da positividade do trabalho, isto é, o trabalho com um fim em si mesmo, como fonte regeneradora da 'vagabundagem' que o Brasil vivia com a abolição da escravatura. O negro e o pobre eram entendidos como a "classe perigosa"²⁶ que deveria ser combatida ou mantida afastada dos centros urbanos e somente ser tolerado nesses centros submetidos a trabalhos inferiores. Ou seja, tanto os pobres como os negros recém libertados eram vistos pela sociedade brasileira como uma classe que merecia ser vigiada, seja por seus hábitos 'anti-higiênicos' que

24 Embora a documentação sobre a biografia desse cidadão seja escassa, pelas fontes encontramos alguns dados. Pedro Salazar era advogado e se transferiu para Uberabinha advindo da província de São Paulo e nesta cidade se tornou articulista do jornal *O Progresso*, exercendo também a advocacia.

25 *O Progresso*. "A Ociosidade". Uberabinha, 4 de Julho de 1909. Ano II, Num. 93. 

26 Categoria criada por Sidney Chalhoub. Em seu livro "Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial" o autor comprova como a significação de classe pobre e classe perigosa recebem a mesma conceituação.

causava transtornos àqueles que viviam ao seu redor, seja por suas formas de trabalho, que eram vistas como primitivas e poluidoras. Seguindo esse raciocínio, todo esse discurso moralista apresentado nesse artigo, e em vários outros editoriais, apresentam um ideal concebido pelas elites locais, principalmente pela intelectual, pois eles operavam mais no ideal que no real e assim justificava a importância do trabalho em todas as esferas, desde o filho do oligarca rico até o pobre. Podemos apreender que os intelectuais que escreviam nesse periódico comungavam de uma concepção acerca da sociedade moderna, para eles esta sociedade era dinâmica e sua diligência era a de criar novas necessidades todos os dias, ou seja, os serviços criados pelas necessidades do mercado dependiam de uma população com o hábito do trabalho, portanto, a defesa incondicional na positividade do trabalho pode ser mais bem entendida nessa ótica. Ou seja, era necessária a formação de uma sociedade que tinha nos seus costumes a prática do trabalho, seja ele qual for. Vale ressaltar que estamos analisando um período no qual a mão-de-obra escrava tinha sido recém libertada, portanto, podemos supor que esse artigo faz parte de uma ideologia mais ampla a qual vinha sendo divulgada. Esses discursos pró-liberalismo pelos quais a população era induzida a uma reflexão que confrontava com a ideia de trabalho que a sociedade brasileira tinha até naquele período, isto é, a tentativa de se criar um ambiente favorável ao racionalismo do trabalho é evidente. Essa nova proposta da positividade do trabalho expõe o esforço que aconteceu nesse período para a inculcação de novos valores à sociedade brasileira e, como essa tradição inventada foi apropriada pela população com suas peculiaridades, de acordo com seus interesses locais.

Analisando o discurso apresentado pelo periódico, além da preguiça, o ócio²⁷ também pode significar “vagar”, ou seja, levantamos uma hipótese, nesse fragmento o que o periódico está atacando diretamente a população negra e pobre que após a abolição da escravidão no Brasil, sem nenhum tipo de indenização e também sem mão-de-obra qualificada trafega pelo interior do país perdido. E, também, podemos supor uma crítica aos brancos pobres que circulavam pelo país em emprego fixo. Outro significado interessante que pode

27 Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa

ser dado a esta palavra é a “indiferença para tudo o que é elevado e nobre”, é esclarecedor para nós pesquisadores apreender a concepção e o peso atribuído através das palavras, ou seja, para as elites, a resistência ao trabalho braçal e ao aprendizado de práticas “modernas” era lido como resistência às práticas superiores e mais elevadas que construiriam uma nação equânime. Dessa maneira, as elites desqualificavam os pobres como resistentes ao progresso.

Porém, nesse ideário, tirava-se o foco do problema das desigualdades sociais que se mantiveram na República e depositavam no trabalho – seja qual for – a esperança de se edificar uma sociedade baseada na ordem e com finalidade no progresso. Essas elites, ao analisar os problemas de sua época, buscavam uma forma de mascarar as mazelas e as contradições de uma sociedade em transformação, que na cidade se expunha mais concretamente do que no meio rural. Todavia, escondendo as raízes dos problemas, os intelectuais e os jornalistas colocavam sobre os ombros da população o ônus pelo atraso. Na continuidade do artigo, Dr. Salazar diz:

O preguiçoso, o desoccupado, não tendo em que entreter o tempo, emprega-se em talhar a vida alheia, sendo para elle a maior satisfação ver lavrar o enredo e a intriga, cuja perniciosa influencia constitue o seu prazer predilecto: o ocioso vive da intriga, como os abutres vivem da matéria em decomposição. Quando fallamos da benefica influencia do trabalho, e dos maus effeitos da preguiça, não nos referimos sómente aos verdadeiros vagabundos, a esses infelizes parasitas que não teém occupação nenhuma, nem morada certa, referimo-nos aos ociosos em geral, a esses homens insolentes que desde o nascer até ao pôr do sol, não se occupam em coisa alguma útil, senão em fallar da vida alheia e em submetter-se nos negócios dos outros, só para colherem novo assumpto de maledicência e diffamação. Quem está trabalhando, não está se importando com o que passa fóra de suas vistas, o tempo é pouco para cuidar no seu trabalho, d’onde tira os meios da sua subsistência honrada, luctando heroicamente contra a adversidade, o que constitue a maior gloria desta vida. O contrario faz o preguiçoso, o eterno desoccupado, que ordinariamente é o mexeriqueiro de profissão, vive a metter o bedelho onde não é chamado, só pelo prazer de fallar de outros e de fazer intrigas políticas e pessoas. Honra ao trabalho e guerra de morte á ociosidade, que é mãe do enredo, da maledicencia e da intriga, e, portanto, a causa principal da desunião na sociedade, na família e no lar.

Aqui a preguiça é representada como o mal que os homens de bens, de família e de honra devem se afastar, ou seja, é dela que deriva outros vícios, como o alcoolismo, a jogatina e outras práticas entendidas como avessa à ordem, portanto, contrárias ao progresso. O ócio, no discurso dos jornais, era o desagregador de famílias e, tendo a sociedade como base essa família, todo o coletivo estaria em perigo pela desonrosa prática do não-trabalho. Mas vale lembrar que era exatamente a “classe perigosa” que estava sendo descrita pelas elites como um grupo danoso à urbe, era preciso ações urgentes para ‘sanar’ a cidade. A primeira atitude seria a remoção dos ‘perigosos’ para a periferia dos centros urbanos, pois a educação do Jeca-Tatu seria impossível de acordo com as elites da época, e a segunda medida, era a de educar as crianças para que não crescessem como seus pais. Esse controle social²⁸ externo e interno operado pela edilidade tinha como objetivo a transformação de práticas cotidianas de uma população que ainda mantinha muito de seus costumes com ranços de anos de Império.

Para operar no extermínio dessas práticas tidas como perigosas em razão de uma cidade ordeira e preparada para o progresso, o Código de Posturas Municipal trata num artigo especificamente na proibição e penas severas para os transgressores. No caso da ociosidade, que é tratada no periódico como a fonte de todos os vícios o Código proíbe a prática de esmolos.

28 BOBBIO, N; MATTEUCCI, N e PASQUINO, G. Dicionário de Política. (Vol. 1). Editora Universidade de Brasília. Brasília, DF, 1995. p. 283-5. Por controle social se entende o conjunto de meios de intervenção, quer positivas quer negativas, acionadas por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições, também em relação a uma mudança do sistema normativo. Podem ser identificadas duas formas principais de Controle Social de que se serve um determinado sistema para conseguir o consenso: a área dos controles externos e a área dos controles interno. Através do primeiro termo se faz referência àqueles mecanismos (sanções, punições, ações relativas) que se acionam contra indivíduos quando estes não se uniformizam com as normas dominantes. Neste nível nos encontramos perante uma gama de sanções , extremamente variada e de peso punitivo diferente, entre as quais mencionamos, além do caso extremo da morte, os da privação de determinadas recompensas e direitos, as formas de interdição e de isolamento, as de reprovação social, de admoestação, de intriga e de sátiras. Fazem parte, ao invés, dos controles internos, aqueles meios com que a sociedade procura mentalizar os indivíduos – especialmente durante a socialização primária – sobre as normas, os valores e as metas sociais consideradas fundamentais para a própria ordem social. Os controles internos são, portanto, como afirma Berger, aqueles que não ameaçam uma pessoa externamente, mas por dentro de sua consciência: “os controles internos dependem de uma socialização bem sucedida; se esta última foi realizada adequadamente, então o indivíduo que pratica certas transgressões contra as regras da sociedade será condenado pela sua própria consciência que na realidade constitui a interiorização dos controles sociais”

Art. 558 – É proibido tirar esmolas dentro do município com subscrições ou sem ellas, sem attestado de pobreza com visto da autoridade policial.

§ 1º – Os mendigos serão matriculados na repartição policial e deverão trazer comsigo visivel ao lado esquerdo do peito, a chapa correspondente ao numero da matricula, a qual, lhes será fornecida pela Camara.

§2º - Aquelles que angariarem donativos ou esmolas em beneficio de associações obras ou festejos civis ou religiosos, deverão estar devidamente munidos de autorisação dos representantes leaes das respectivas corporações.²⁹

Para os vereadores, a prática da esmola era prejudicial na formação de um carácter trabalhador na classe pobre, pois ela incentivaria à ociosidade, e isso geraria outros vícios como a bebedeira, a difamação e intrigas. Não por acaso, no mesmo capítulo que trata sobre a proibição da caridade por meio da esmola, há outra proibição, a de venda de bebida alcoólica a pessoas já embriagadas e a multa por quem “espalhar boatos falsos alarmantes”. Ou seja, para as elites eram esses cidadãos, aquém da modernidade, marginais à nova dinâmica da vida moderna, os responsáveis pelas desordens públicas mais comuns, como a bebedeira, a algazarra, as intrigas e difamações que corriam pela pequena urbe uberabinhense.

No parágrafo primeiro do artigo 558, podemos perceber o quão afastadas estavam as elites dos problemas da sociedade local. Afirmamos isso pelo fato dos mendigos serem matriculados junto à delegacia ou repartição policial, ou seja, havia uma conduta equânime de como eram vistos estes mendigos e os delinquentes e transgressores da lei ou, no mínimo transgressores da ordem. Isto é, ser mendigo em Uberabinha era “caso de polícia”, era na delegacia que eles conseguiriam sua placa de matrícula para esmolar nos dias e horários permitidos pela edilidade. Outra leitura que se pode ter dessa regulamentação da prática da esmola é a institucionalização do Estado como provedor da população carente retirando o carácter caridoso que se baseava no pensamento religioso católico que era dominante na sociedade brasileira do início do século XX. Ou seja, aqui o jornal demonstra seu perfil laico, no qual a sociedade seria gestada pelo Estado e não mais pelos

29 Código Municipal de Posturas e Regimen Tributário da Camara de Uberabinha. 1913.

alicerces cristãos que, supostamente, incentivava a prática da mendicância. Podemos observar melhor o que afirmamos acima através da reportagem do periódico local O Progresso:

A religião christã elevou a caridade ao supremo grau de virtude theologica, por ella é que amamos a Deus e ao nosso proximo, que amamos nossos proprios inimigos, que nos condoemos das misérias de nossos semelhantes, e lhes acudimos com socorro ainda acusa de privações nossas, leva-nos a fazer bem por motivos mais que humanos; ella é pois a maior das virtudes evangelicas. Resta somente praticar a caridade, de maneira que ella seja sempre util, precisa e bem applicada para que a sua pratica se não torne muitas vezes prejudicial á sociedade, alimentando vicios, em vez de socorrer infelizes, dando abrigo á preguiça e á especulação em lugar de amparar a virtude e aliviar os soffrimentos. Diariamente percorrem as ruas desta cidade, bando de creanças carregadas de pequenos saccos, implorando a caridade publica, mulheres validas, que podiam occupar-se em lavagem de roupas, ou serviços domesticos, não têm vergonha de andarem de porta em porta, implorando uma esmola, prejudicando os verdadeiramente necessitados. Para estas chamamos a attenção da policia, para aquellas pedimos a intervenção das autoridades judiciais da comarca. Muitas dessas creanças, algumas das quaes já mocinhas, crescendo assim abandonadas, sem uma profissão honesta, serão em proximo futuro outras tantas infelizes entregues ao vício e a prostituição atirando á face da sociedade em cujo meio se criaram o labéu de um previdente, de falta de caridade christã. Os paes destas creanças que por ellas tão torpemente exploram a caridade publica, devem ser e são por lei privados do patrio poder sendo estas creanças entregues á tutela de pessoas competentes, visto não possuirmos estabelecimentos a este fim destinados arrancando-as das garras do vício e transformando-as pela educação, pelo trabalho e pelo exemplo em laboriosas mães de familia á sociedade e á Patria.³⁰

Com uma análise mais detida dessa matéria pode-se apreender vários aspectos interessantes de como pensava as elites intelectuais uberabinhenses. Vale lembrar que esses jornais locais eram administrados por políticos e homens que na sua maioria eram vereadores de Uberabinha, ou seja, em alguns assuntos poderemos ver um afastamento acerca das idéias defendidas por grupos na Câmara e a materialização dessas discussões no campo da imprensa, mas nesse caso, notamos uma aproximação. Isto é, o colunista deste periódico corrobora com as ações da Câmara ao proibir ou inibir a

30 O Progresso, ano IV, nº 195, de 08 de julho de 1911, Uberabinha, MG "Mendicidade".

mendicância no perímetro urbano. Segundo o jornal, o trabalho, a educação, o labor, enfim, tudo o que se entendia como benéfico à sociedade deveria ser imitado, e esses valores a ser copiados estavam nas mãos da sociedade “de família”. Ao defender a privação do “patrio poder”, o autor dessa matéria se apóia na concepção de que a Pátria deveria suprir essas necessidades para criar uma sociedade livre dos vícios. Ou seja, para os pais que supostamente estão se beneficiando da mendicância dos filhos, o peso da lei e das penalidades financeiras ou sociais para que se extermine tal prática; aos filhos, ainda em tenra idade, a intervenção via educação, esta capaz de introjetar valores que no futuro não seja necessário o controle externo, já que o controle interno (consciência) já iria cobrar de si uma ação condizente com sua forma(ta)cão social. Além desse aspecto, é interessante pensar na palavra “útil” que é usada neste artigo e também no escrito pelo Dr. Salazar. Ser útil, ter serventia, proveitoso, benéfico, nesse caso esses adjetivos estão conectados à vida em sociedade, isto é, para as elites intelectuais locais, cada indivíduo deveria ser proveitoso à sociedade na qual ele se insere, dessa maneira, o preenchimento de seu tempo em algum trabalho útil a esta sociedade é de suma importância, já que o não-trabalho é sinônimo de vagabundagem, é um isolamento social, é o assumir de uma vida marginal e sem significado, portanto, externa a esta sociedade moderna.

A lógica que guiou as elites, tanto local como as das grandes cidades, a subjugar a população pobre e questionar seus modos de vida está baseada nos ideais positivistas. Grande parcela das elites brasileira era adepta dessa filosofia a qual entendia a população brasileira como despreparada para adquirir a liberdade e poder viver de acordo com suas convicções. Era necessário um governo forte, atuante e intervencionista, tutelar nas ações sobre a sociedade até que esta estivesse educada o suficiente para gestar sua própria conduta. Esse caráter conservador dessa filosofia encontrou eco nas elites também conservadoras de Uberabinha.

Em outra reportagem está exposto qual o melhor caminho para Uberabinha, isto é, o sentido de desenvolvimento que a cidade deveria assumir para adentrar aos “portais” da tão almejada modernidade.

O que era o Rio de Janeiro d'ha vinte annos? Um foco de epidemias, um matadouro aonde os estrangeiros achavam a sua necrópole. Hoje, porém, todos esses predicados que não deixavam a capital da Republica progredir, desapareceram com a sciencia moderna da Higyene e em vez duma cidade epidêmica, nós vemos um empório sadio, onde pollulam milhares de homens que enchem as officinas, nessa labuta immensa de dia a dia enchendo os mercados de manufacturas que se esportam diariamente para outros portos. A luta pelo trabalho, esse hymno incessante, esse vae-vem de operarios, desde o romper da aurora ao crepusculo da tarde, entre as hossanas dos que cantam, acompanhando o sopro das forjas e a percussão dos martellos sobre as bigornas, sobem em apotheose de luz como que a saudarem o dia que nasce e a tarde que finda. E elles, os homens do futuro, que sahem em multidões, com as calosidades nas mãos e as blusas enfumaçadas pelo pó das officinas, enchem as ruas, numa alegre algavaria, cantando o hymno do trabalho que são as saudações do pão que alimenta e do balsamo que consola. E tudo isso é o produto de quê? Da República, essa Santa divina que nivela a humanidade e como que diz: SÓ TEM DIREITO Á VIDA QUEM TRABALHA [TRABALHA] E QUEM PRODUZ!³¹

As características mais evidentes colocadas pelos republicanos são a higiene e o trabalho, mas não qualquer tipo de trabalho, havia uma exaltação ao trabalho urbano, o “vae-vem de operários”, isto é, o “caos” urbano era justificado pelo trabalho nas oficinas, pela ocupação dos habitantes desses centros. Contudo, havia um paradoxo, pois pelos jornais de época pode-se perceber que o trabalho mais comum na cidade de Uberabinha ainda estava ligado à terra e era exatamente essa matriz rural que se tentava extinguir, mas por influencias de jornais paulistas, era o trabalho urbano o evocado como o projeto mais acertado à Uberabinha, mesmo que a cidade não apresentasse, naquele momento, nenhuma indústria, apenas tendo no comércio e na agricultura suas bases econômicas. E a República “Santa divina que nivela a humanidade” na representação ideológica das elites expõe uma crença exacerbada nessa forma de governo. Esse tom de “divina providência” que era atribuída à República expõe uma apropriação dos discursos religiosos, porém ressignificados com outros elementos que não cristãos, antes, os valores que eram difundidos eram humanistas, baseados na racionalidade científica. As

31 Idem

perspectivas liberais da positividade do trabalho tão acalentadas pelos setores dominantes locais podem ser percebidas na afirmação que é colocada em letras 'garrafais' no jornal: "Só tem direito à vida quem trabalha e quem produz", essa afirmação confirma a força do discurso que se desenvolvia operando na positividade do ser produtivo, isto é, o ser humano somente seria pleno se produzisse para a sociedade na qual ele estava inserido, tornando-se útil. A crítica desse pensamento é a ação das elites que se justificava na desqualificação dos mendigos e pobres que vagavam pelas ruas das cidades, homens que não faziam parte da sociedade a qual estava sendo forjada. Nas edições seguintes nota-se nos editoriais uma presença constante de assuntos ligados ao trabalho urbano, comercial e industrial em menosprezo do trabalho rural e suas práticas. Operando na desqualificação desse trabalho é que as elites locais buscavam forjar uma cidade progressista, voltada para o serviço na urbe, afastando-se de suas matrizes rurais. Para entender melhor esse paradoxo que havia entre a defesa do trabalho industrial numa Uberabinha que era essencialmente rural, reporto-me a Wirth, que em seu trabalho investigando as peculiaridades da província das Gerais, diz que:

A mudança social moderna, embora experimental e imperfeita no caso da educação, não foi incompatível com o regionalismo. A mudança econômica reordenou o poder e a população nas zonas [...] Todavia, as características essenciais da identidade mineira sobreviveram aos deslocamentos econômicos, à imigração externa e à alta de poder estadual e nacional. Longe de afundar no influxo dos valores modernos, a cultura regional floresceu"³²

Ou seja, os valores mineiros não foram deixados mesmo com a forte propaganda liberal e progressista que tinham os periódicos paulistas, antes, essas idéias que vinham do estado vizinho eram lidas e filtradas para a conveniência das elites locais, que tinham sua base de poder no latifúndio.

No que tange à higiene, o mesmo jornal apresenta a Capital da República do Brasil como um modelo ideal para ser seguido pela cidade de

32 WIRTH, J. O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira. Paz e Terra. São Paulo, SP, 1982. p. 147

Uberabinha. Ainda que a Capital Federal padecesse do “caos” das moléstias, a “sciencia moderna da Higyene” dava um novo alento de esperança para o interior, bastava o interesse do legislativo em preparar um ambiente higiênico, com ruas e sarjetas limpas, prédios com fachadas modernas onde permita a passagem da luz e do ar, arborização das praças e ruas para proporcionar à população uma vida saudável. Ou seja, era necessário um Estado forte que promovesse junto à população uma nova ordem urbana baseada na ciência da higiene, racional por ter suas bases científicas. Porém, as medidas que foram colocadas em prática na cidade para o cumprimento desses projetos urbanísticos e higienistas provocaram reações por parte da população, principalmente daquela que era considerada indolente ao progresso, ou seja, as camadas mais pobres. Percebe-se o impacto da concretização desses ideais nas discussões das Atas da Câmara Municipal e também nos periódicos como veremos abaixo.

A comissão opina para que a Câmara autorise o sr. Agente Executivo a fazer amigável ou judicialmente a desapropriação do cazebre de propriedade do cidadão Miguel Mascia, visto sr. ele um verdadeiro espantelho existente numa das nossa principais ruas, mesmo em frente a Avenida Affonso Penna, o que vale dizer que o vizitante ao desembarcar aqui, recebe logo na entrada da cidade, uma impressão desagradável. Nesse sentido a comissão tem a honra de submeter a consideração da Câmara um projecto de lei; que autorisa o sr. Agente Executivo a dar os necessários passos para que se torne uma realidade essa justa aspiração de grande parte dos habitantes dessa cidade.³³

Destoando da paisagem eugênica que se propunha à cidade, os vereadores discutiam a limpeza do centro, desapropriando casas e barracões daqueles que não podiam pagar por uma reforma para adequar suas habitações à legislação que os oprimia. Isto com o pretexto de causar “uma impressão desagradável” aos visitantes que vinha a Uberabinha, numa aparente preocupação em racionalizar o espaço escondendo suas mazelas, criadas pela própria sociedade em processos de transformação e concebida pelas elites locais como espaço da modernidade. Usualmente, esses casebres

33 Atas da Câmara Municipal de Uberabinha. 14 de setembro de 1912.

eram cobertos de palhas ou materiais combustíveis e, por isso, vários deles foram desapropriados obrigando esse extrato da população a se deslocar para áreas mais periféricas onde não havia as penalidades das leis. Outras leis, baseadas na ciência da higiene, tentavam normatizar as práticas cotidianas mais simples, contudo sempre usando a tática de desqualificar as práticas sociais rurais.

Contudo, como afirma Chalhoub³⁴, a ciência da higiene retirava o caráter político dessas ações tão antipáticas às populações menos favorecidas, ou seja, a cidade enquanto um espaço público que deveria ser gerenciado pela administração baseada numa cientificidade racionalista dava o novo tom das ações que não deixam de ser políticas, ou seja, “trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não política...”³⁵.

Essa crescente desesperança pela República e a desilusão do poder regenerador dos pressupostos liberais fizeram com que a intelectualidade brasileira depositasse em outra instância suas esperanças para uma mudança de fato no povo brasileiro. Seria necessário pensar num caminho que pudesse superar os problemas da constituição do cidadão por completo, seja no poder do voto, seja na urbe, com práticas condizentes ao seu papel civilizado.

34 Sidney Chalhoub é um historiador que dedicou ao estudo das populações negra e operária, mais especificamente na Corte brasileira do século XIX. Seu livro *Cidade Febril* foi adotado como forma de analisar as pressões sobre a população pobre feitas pelas autoridades municipais do Rio de Janeiro, mas que ajudam a compreender as práticas repressivas que ocorreram em Uberabinha, também nas duas primeiras décadas do século XIX.

35 CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiço e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 17

CAPÍTULO II

Utopias do Urbano: Representações³⁶ e ações para a Ordem Pública em Uberabinha

As cidades passaram a ser pensadas de forma técnica no fim do século XIX, ou seja, todas as ações tinham uma justificativa associada ao sanitarismo e, também, às outras ciências – arquitetura, engenharias, higienismo etc – que poderiam cooperar com a ordem social, esta entendida como mola do progresso. Era preciso organizar racionalmente o caos que vivia a sociedade brasileira, a qual – segundo as explicações dos intelectuais do início do século – era vítima do mosaico de diferenças sociais causadas pelo longo período escravocrata e pela classe perigosa, os pobres.

No Brasil, as tentativas de controlar e compreender a nova ordem social que se consolidava traduziram-se em intervenções sobre as cidades, inspiradas, sobretudo, nos processos e modelos europeus. O aparecimento de uma visão técnica sobre as cidades e de uma percepção dos trabalhadores como classes perigosas foram elementos decisivos nas formas de intervenção e controle então estabelecidos.³⁷

Pairava uma dúvida, um temor sobre o que fazer com uma população tão variada em um período de transição. O capitalismo que se reafirmava no início da República brasileira exigia uma sociedade transformada, com novos costumes e práticas sociais que corroborasse com essa nova ordem social que se tentava concretizar no país. Práticas como a boemia, a bebedeira, as farras e algazarras que entrassem madrugada adentro deveriam ser extintas, isto se deu porque tais práticas não condiziam com a sociedade moderna que se idealizara para o país, por consequência, à cidade. As ruas deveriam ser esvaziadas, a valorização do papel da família também é motivo de um

36 Vale ressaltar que representações nessa pesquisa não se enquadra na categoria criada pelo historiador francês Roger Chartier. Aqui nos interessa as diferentes concepções ideológicas que cada grupo social e seus respectivos discursos defendidos nas fontes que levantei, mais especificamente nos periódicos de época e nas Atas de Câmara Municipal de Uberabinha.

37 LANNA, Ana Lúcia Duarte. A cidade controlada: Santos 1870-1913. In: RIBEIRO, L.C. de Queiroz e PECHMAN, R. (orgs.). Cidade, povo e nação. Civilização Brasileira; Rio de Janeiro, RJ, 1996. p. 311-12

aprofundamento maior na pesquisa, embora não creio ser possível discutir esse tema tão relevante nesse trabalho. Como ações que materializasse essas idéias foram criadas leis e regulamentos os quais operavam no controle dessa massa, através de aplicação de multas e outras penalidades e, também, no constrangimento social, as elites iam formatando uma classe trabalhadora dócil e obediente às novas práticas sociais. Contudo, não estou afirmando que esse processo se deu de forma tranqüila e adestradora, antes, foi realizada no confronto e – às vezes – no conflito desses grupos antagônicos.

Lima Barreto, na literatura, já denunciava esse tipo de tentativa do controle externo por parte das elites. No conto *Um grande financeiro* de seu livro *Os bruzundangas*, Lima faz uma sátira dos ministros e políticos brasileiros os quais tinham soluções pouco simpáticas para a solução das crises na economia brasileira. Neste conto, Lima Barreto escreve sobre um ministro da economia que para aumentar receitas e diminuir os *déficits* das finanças do país decide aumentar os impostos:

...aumentava do triplo a taxa sobre o açúcar, o café, o querosene, a carne-seca, o feijão, o arroz, a farinha de mandioca, o trigo e o bacalhau; do dobro, os tecidos de algodão, os sapatos, os chapéus, os fósforos, o leite condensado, a taxa das latrinas, a água, a lenha, o carvão, o espírito do vinho; criava um imposto de 50% sobre as passagens de trens, bondes e barcas, isentando a seda, o veludo, o champagne, etc., de qualquer imposto.³⁸

Quando o ministro fora interrogado pelos deputados sobre o aumento nos alimentos, aludindo que o ministro mataria o povo de fome, ele responde: “Não há tal; mas mesmo que viessem a morrer muitos, seria até um benefício, visto que o preço da oferta é regulado pela procura e, desde que a procura diminua com a morte de muitos, o preço dos gêneros baixará fatalmente”. Acerca do aumento das taxas sobre o vestuário, o ministro rebate as críticas dizendo:

38 LIMA BARRETO. *Os Bruzundangas*. Editora Ática. São Paulo, SP, 1998.

O vestuário dever ser uma coisa majestosa e imponente, para bem impressionar os estrangeiros que nos visitem. A seda e a lã ficarão pouco mais caras que os tecidos de algodão. Toda a gente vestir-se-á de seda ou de lã e as populações das nossas cidades terão um ar de abundância que muito favoravelmente já de impressionar os estrangeiros.³⁹

Mais ácida – mas também esclarecedora para compreender o entorno social que se passava no Brasil – é a crítica feita por Lima expressa na resposta quanto ao aumento das taxas sobre o transporte público e ao defender o aumento o ministro diz:

Será um benefício. O barateamento das passagens só traz a desmoralização da família. Com as passagens caras, diminuirão os passeios, os bailes, as festas, as visitas, os piqueniques, conseqüentemente os encontros de namorados, a procura de casas suspeitas, etc., de forma que os adultérios e as seduções sensivelmente não de ser mais raros.⁴⁰

Lima Barreto escreve essa sátira a qual podemos apreender duas críticas do pensamento moral-científico das elites, a primeira quando se leva a racionalidade às últimas conseqüências, ou seja, ainda que fossem ações compreendidas como técnicas e baseadas numa racionalidade científica, o seu teor almeja alcançar novas práticas socialmente profiláticas, que sanaria costumes tidos como retrógrados e entendidos como marginais à nova ordem social. A valorização da família, da vida caseira e regrada com preocupação com a poupança do dinheiro em detrimento da vida boemia e promíscua exposta aqui coincide com a formação de uma moral rígida exigida pelo capitalismo que se renovava aqui nas terras brasileiras da Primeira República e que tem como base moral a filosofia positivista. A segunda, podemos perceber o afastamento das elites com os problemas que afligiam as classes menos abastadas. Nas justificativas do ministro, ainda que de forma caricata, ele

39 Idem. P. 33

40 Idem; Ibidem

descreve a ignorância das classes dominante políticas da Bruzundanga (leia-se Brasil) da realidade dos pobres.

Esse controle externo que se manifestava por meio de leis, códigos e regulamentos tinha a intenção de recriar práticas sociais que fossem introduzidas em todos os grupos sociais que habitavam na urbe, contudo, os costumes contestados eram na sua grande maioria aqueles praticados pelas classes perigosas e essas práticas deveriam ser transformadas imitando as classes mais abastadas. Reporto-me ao historiador britânico Hobsbawm para melhor compreender as “tradições inventadas”, embora seu enfoque tenha sido a sociedade escocesa, a maneira como ele faz a análise nos ajuda a compreender como tais práticas se deram em terras brasileiras:

... parecem classificar-se em três categorias superpostas: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento.⁴¹

Nesse sentido, podemos apreender as ações de controle externo operado pela edilidade uberabinhense como uma tentativa de se inventar tradições que eram valores importantes para a formação dessa massa em trabalhadores, mas que eram – ora mais, ora menos – rechaçados por este mesmo grupo. Não por acaso, vários ícones da história brasileira foram retomados para justificar os novos costumes, integrando assim o passado ao presente. Relembrando que o novo sistema de governo ainda não tinha se firmado institucionalmente, a invenção de tradições e costumes era necessária para a legitimação da própria República. Hobsbawm diferencia as práticas antigas das inventadas dizendo que:

41 HOBBSAWM, E. e RANGER, T. (orgs.). A invenção das tradições. Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ, 1997. p.17

As primeiras eram práticas sociais específicas e altamente coercitivas, enquanto as últimas tendiam a ser bastante gerais e vagas quanto à natureza dos valores, direitos e obrigações que procuravam inculcar nos membros de um determinado grupo: “patriotismo”, “lealdade”, “dever”, “as regras do jogo”, “o espírito escolar” e assim por diante.⁴²

Contudo, no diálogo com as fontes, percebi que esses valores amplos que vinham sendo inculcados nos grupos que viviam na cidade de Uberabinha eram materializados com discursos higienistas e sanitaristas, ou seja, os valores de ser cidadão brasileiro, patriótico, sabedor de suas obrigações estavam imbricados com as práticas sociais que se davam no cotidiano dessas pessoas. A dificuldade que se encontrava no Brasil, porém, era amalgamar a sociedade baseados na nova ordem social de igualdade entre todos os cidadãos, contudo, essa discussão tinha um teor mais teórico do que prático já que na realidade os ex-escravos e homens pobres livres sempre foram deixados à margem do sistema.

Na seção IV do Código de Posturas Municipais de Uberabinha, da Ordem Pública, no Capítulo I, “Art. 553 – São proibidos os tumultos, algazarras ou vozerias que offendam a moral ou perturbem o socego publico de dia ou de noite, nas ruas, casas de negócios ou particulares. Pena: multa de 10\$000 e dois dias de prisão”. Ainda que esta lei possa ser lida de forma a preservar o bem estar da comunidade evitando a poluição sonora, também pode ser entendida como coibição de práticas de boemia ou de bebedeiras que pudessem vir de contra com as tais práticas saudáveis ao capitalismo.

Com discursos baseados na “sciencia modernos da Higyene”, apregoados pelos periódicos locais, as elites tentavam imprimir na cidade seus ideais e projetos que julgavam mais adequados para o povo, pois julgavam estes como incapazes de escolherem o melhor caminho a seguir. Corroborando com essa visão tutelar da sociedade a Câmara Municipal de Uberabinha no Código de Posturas Municipais na seção sobre “Da hygiene da alimentação” legisla, capítulo III, dos açougues e da venda de carne:

42 Idem. p. 19

Art. 412 – A carne poderá ser vendida em casas abertas, com licença do Agente Executivo, de modo que se possa bem fiscalisar a limpeza dos commodos e a conservação da carne,

Art. 424 – É absolutamente prohibida a venda de carne a retalho pelas ruas da cidade.

§ 1º - Será tolerada a venda ambulante de carne de suínos, as peças guardadas, porém, as necessárias condições de hygiene, quer na conducção da carne, quer no seu commercio, podendo ser cassada a licença nos casos em que se torne prejudicial á saude ou limpeza publica esse systema de venda.⁴³

Esses artigos de lei que fazem parte do Código de Posturas do Município foram exaustivamente discutidos na imprensa local, o que nos possibilitou um cruzamento de fontes para melhor apreender até que ponto as ações da Câmara, sobre esse tema, era rechaçado ou aceito pela população uberabinhense. De acordo com a lei acima, a Câmara Municipal desejava controlar e regularizar a venda de carnes no município. Tendo como justificativa a ciência da higiene as autoridades anelavam exterminar a venda de carnes feitas por ambulantes e regulamentar o comércio de açougues e casas de carnes.

Contudo, quatro anos antes dessa lei estar no Código de Posturas, já se havia travado uma discussão acerca das condições higiênicas dos carrinhos usados pelos vendedores de carne ambulantes. No ano de 1909 o jornal *O Progresso* discutia sobre as leis municipais 101 e 102 opinando sobre a ineficiência dessas leis.

As leis municipaes numeros 101 e 102, publicadas no numero passado desta folha, de conformidade com o contracto que temos com a Câmara, suggeriram-nos algumas considerações e reparos, que como representantes do povo, não podemos calar, sob pena de trahirmos o nosso programa e as obrigações que nos impoemos ao iniciar a publicação de nosso jornal. Pela lei numero 101 foi permittida a venda de carnes nas ruas, prohibida por lei anterior, ficando transformadas as tradicionaies gamellas, em carrinhos decentes, acceiados e muito bem envernizados. Não

43 Código Municipal de Posturas e Regimen Tributário. Câmara de Uberabinha. Uberabinha, MG, 1913. p.75

vemos onde está a vantagem. Se o inconveniente das gamellas e taboleiros está justamente no contacto das mãos, nem sempre limpas, dos compradores que querem escolher mercadoria, não vemos em que podem os carrinhos, modificar ou remediar esta infracção á hygiene.⁴⁴

Abaixo, segue a lei número 101 do Código de Posturas a qual o periódico teceu críticas.

A Camara Municipal de Uberabinha, por seus vereadores decretou, e eu sanciono, a seguinte lei:

Art. 1º - Fica permittida a entrega de carne verde nas ruas desta cidade, sendo esse transporte feito em carrocinhas apropriadas, com modelo approved pelo Agente Executivo.

Art. 2º - Os açougues, além de serem providos de ventilação abundante, terão, pelo menos, um portão de ferro com grade, para as ruas.

Art. 3º - O talho de carne será feito em mezas de mamore, tanto nos açougues de suínos como nos de bovinos.

Art. 4º - É considerado açougue, e sujeito as leis em vigor, todo estabelecimento que vender no varejo, carnes verdes de suínos, bovinos, lanígeros e caprinos, assim como, toucinho, embora receba esses productos de outros pontos que não sejam do matadouro.

Art. 5º - Regovam-se as disposições em contrario, o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como n'ella se contem. Paço da Camara Municipal de Uberabinha, em 20 de janeiro de 1909. — O presidente e Agente Executivo, Alexandre Marquez.

O jornal defendia uma posição de extermínio da venda ambulante de carnes verdes, ou seja, carnes *in natura*. A argumentação do periódico é a de que o problema não estava na conservação e manutenção dos carrinhos e das gamelas que acondicionavam as carnes, mas nas mãos dos compradores. Isto é, os consumidores ao comprar a carne manuseavam os produtos sem restrições, e, dessa maneira, contaminava as peças que seriam vendidas a outros consumidores, isso reforçava a idéia de um matadouro municipal para evitar o abate livre e a regulamentação dos açougues no comércio de Uberabinha. Contudo, o que desejo expor com essa matéria é a resistência a

44 O Progresso, "Abastecimento de carnes verdes"... Uberabinha, 31 de janeiro de 1909. Ano II, n.º 71

população nas mudanças de práticas cotidianas. Ainda que supostamente benéficas, a grande massa rejeitava a idéia da proibição da venda de carne domiciliar. Isto é, há um espaço temporal de quatro anos entre as leis 101 e 102 dos Estatutos e Leis da Câmara Municipal de S. Pedro de Uberabinha e os artigos 412 e 424 do Código de Posturas, também da Câmara Municipal.

Se já havia uma lei que regulamentava esse tema, qual seria a necessidade de se criar uma nova lei sobre o mesmo tema. A hipótese que levantamos é a de se criar um ônus financeiro ao transgressor. Afirmamos isso porque nos artigos do capítulo III do Código de Posturas há uma série de multas criadas para quem descumprir a legislação sobre venda de carne verde. Além disso, houve um endurecimento da lei para a venda domiciliar, no parágrafo 1º e 2º do artigo 424 diz:

Será tolerada a venda ambulante de carne de suínos, às peças guardadas, porém, as necessárias condições de hygiene, quer na conducção da carne, quer no seu commercio, podendo ser cassada a licença nos casos em que se torne prejudicial á saúde ou limpeza publica esse systema de venda.

É permitida a entrega de carne á domicilio, desde que ella saia dos açougues em carrocinhas apropriadas, approvadas pelo Agente Executivo, ou em saccos de papel, tendo impresso o nome do açougueiro ou firma do seu proprietario e manuscripto o nome do freguez a que se destina, mencionando o peso.

Percebemos que a lei vem concretizar uma discussão que já vinha se construindo desde 1909. A partir do Código de Posturas, a venda ambulante, embora seja permitida, ela é condicionada ao comércio, isto é, a venda não seria mais realizada por vendedores ambulantes, antes, eles seriam “entregadores”, já que a carne tinha que ter origem no açougue e o proprietário firmava ou colocava seu nome nos pacotes de entrega. Compreendemos que a Câmara Municipal legalizou e incentivou as casas de carne enquanto comércio para o extermínio da venda domiciliar de carne *in natura*. Contudo, o reforço dessa lei no Código de Posturas com penas e multas aos transgressores nos permite ler essa situação como uma resistência velada por parte da população. Ou seja, a população entre a lei de 1909 e a de 1913 mantiveram suas praticas

de comprar a carne de ambulantes, como não havia uma mudança dessas práticas por parte dos consumidores, a Câmara decide pressionar o fornecedor. Através da aplicação de multas, esse tipo de comércio livre seria exterminado, reeducando a população a comprar a ração diária de carne nos comércios específicos, criando assim uma nova prática social, e o mais interessante, todo esse discurso mascarado e baseado em dados da ciência da higiene, portanto, potencialmente isento de resistências por parte da massa, já que a ciência retirava o aspecto político das ações da edilidade.

Essas ações de forma(ta)r o cidadão adequando-o à nova sociedade não se restringiu aos adultos, as elites já haviam percebido que na tenra idade era menos problemático a inculcação de valores, dessa maneira, no capítulo a seguir aprofundaremos na importância dada à educação. Discutiremos as ações que os educadores se balizaram para formar o cidadão menos resistente aos valores da sociedade republicana brasileira.

CAPÍTULO III

Educação e Higiene: dimensões da forma(ta)ção social em Uberabinha

Durante o período da Primeira República – 1889-1930 – há nas fontes que elegemos, tanto nos periódicos como nas Atas, um aumento nas discussões e debates acerca da educação, de seu poder intervencionista e de sua capacidade de forma(ta)r o cidadão ideal para a República, também utópica. Embora houvesse um forte movimento liderado pelos liberais-positivistas em favor do ensino laico na República Velha, havia um interesse numa manutenção da moral – porém, não mais com sua devoção direcionada à Igreja – antes, voltada ao Estado, ao coletivo, ao civismo ou patriotismo. Logo, a educação assume um papel fundamental na consolidação do cidadão e da República, isso porque o sentimento de inércia e apatia rumo ao progresso havia permanecido desde o Império. Todo esse “entusiasmo pela educação”⁴⁵, porém, não se concretizou de fato. Através dos debates dos jornais apreendemos quais eram os projetos defendidos pelos diferentes grupos das elites locais, não perdendo de vista as discussões que tomaram lugar no âmbito nacional. Também através das leis aprovadas, tanto nas esferas nacional, como estadual e municipal, podemos perceber quais eram os projetos que se tentavam implementar na nação brasileira.

Assim como na política e economia, o estado de Minas Gerais creditava ao estado de São Paulo a educação mais condizente com a República. Não por acaso, os jornais de Uberabinha em seus artigos clamavam por uma educação nos moldes paulistas, e são esses projetos de mudança, alguns implementados outros não, é que nos deteremos nesse subtítulo.

Minas procura resurgir pela escola, vai recebendo o impulsionamento que a administração dos últimos governos tem lhe facultado. A instrução tem se desenvolvido e aperfeiçoado, com um progresso rápido e yanke. Convem pois que o governo

45 Cf. NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. Editora Pedagógica e Universitária Ltda. São Paulo, 1974.

tome consideração o problema até agora esquecido – o de tornar obrigatório o ensino. **Não será exclusivamente os membros do professorado quem convença o pae de familia á necessidade desse bem. E' preciso convence-lo a convencer-se se não for possível, obrigar-o a convencer-se.** Muitas vezes a bôa logica deixa de existir para ter lugar o cumprimento de uma obrigação que a lei impõe. Cumpril-a é mais facil do que pedir por favor. O Estado de S. Paulo, só tem a sua instrucção como a primeira do Brasil, deve-o a esta salutar disposição partida do engenho privilegiado do Cesario Mota, o saudoso reformador do ensino paulista. Uma lei benefica e razoavel deve satisfazer esta lacuna. O pae de familia no presente não é obrigado a educar o filho. Em São Paulo elle o é.⁴⁶ (Grifo nosso)

Diferentemente do estado paulista, Minas não tinha uma educação obrigatória, isso só foi possível, visto que não havia uma lei federal que unificasse a legislação sobre a educação, dessa maneira, cada província tinha suas próprias leis. Aqui as crianças só freqüentavam as aulas se os pais se convencessem ou fossem convencidos pelos professores da necessidade de seus filhos se alfabetizarem. O jornal defende a posição de um ensino obrigatório alegando que o cumprimento da lei é mais fácil que o convencimento dos pais, pois desta maneira era entendido como um favor. Essa maneira impositiva de ação defendida pela elite intelectual é esclarecedor para nós pesquisadores para entender como pensavam essas elites. Como a educação fora ganhando um *status* de regeneradora da sociedade, as elites passam a considerar a obrigatoriedade como solução de convencimento da grande massa a enviar seus filhos à escola. Dessa maneira, já não cabia somente ao professor a missão de convencer aos pais sobre a necessidade das crianças atender ao chamado da instrução, seria papel do Estado a regulamentação de uma lei que obrigasse aos pais a fazê-lo, correndo risco de multa e outro tipo de constrangimento social.

Entretanto, a obrigatoriedade do ensino das primeiras letras pode ser entendida como uma forma do Estado retirar das famílias o domínio de educar seus filhos, passando essa responsabilidade a ele próprio. Sendo a educação um processo de intervenção, as elites locais e nacionais tinham nas mãos a

46 O Progresso, "A Obrigatoriedade do Ensino".. Uberabinha, 14 de março de 1909. Ano II, n.º 77.

oportunidade de basear seus projetos não mais justificados pela política, mas pelo campo da ciência, ou seja, a ciência justificaria as ações eugênicas que foram colocadas em prática na cidade. Dessa maneira, as elites forjariam um cidadão mais de acordo com seus projetos de República, isto é, um cidadão "domesticado" às imposições verticais de cima para baixo, menos resistentes aos ideais traçados pelas elites.

A educação, portanto, era a segunda ação urgente que as elites locais entendiam ter que colocar em prática, a primeira foi a racionalização do espaço urbano, retirando a "classe perigosa" dos centros colocando-os nas periferias das cidades, e agora, a obrigatoriedade do ensino que moldaria nessa criança o cidadão que tanto se idealizou no Brasil.

O ensino particular S. Paulo está methodisado pelo ensino publico, de maneira que o pae ou professor pode e deve no fim de cada anno apresentar a creança a exame nos estabelecimentos estadoaes, porque está instruido pelo methodo official. Em Minas, estes exames só podem ser feitos no anno final do curso mediante despacho favoravel da Secretaria do Interior, quando este processo poderia se realizar na propria localidade, com a audiencia do inspector escolar que é o representante do governo. Se assim o fosse e se taes exames se realizassem quanto a qualquer dos annos do curso, ter-se-ia estabelecido facilidade á diffusão do ensino particular e a obrigação em que os seus professores teriam de ver-se adoptando o programma official, porque preparariam os meninos em exame publico, desta maneira garantindo o dispendio dos paes por verem seus filhos com attestados válidos de approvação. Visto o exposto, facilitar a adaptação do ensino publico, methodisal-o por este estabelecer a obrigatoriedade do ensino em geral, são medidas que por certo já animam o pensamento do moço competente que dirige a pasta do Interior de Minas e que tem dado attestados de viva capacidade.⁴⁷

O que se tentava através desses artigos era a mobilização das elites locais em favor de uma educação descentralizada, na qual as cidades do interior tivessem autonomia em aplicar seus testes e a autogestão do ensino público. Essas elites locais tinham como pretexto as verbas que tinham caráter

47 Idem. Ibidem

municipal, isso se deu pelo afastamento dos estados do financiamento da educação pública, gratuita e laica. Os projetos municipais de formação do cidadão embora tivessem discussões arrebatadoras na Câmara e na imprensa, andava com 'pés de chumbo' na sua concretização. Mesmo assim, pelos discursos, principalmente pelos da imprensa, percebemos que o sentido de cidadão era o de sujeito útil à sociedade, produtivo e laborioso, dessa maneira, essa representação de cidadão era perseguida e o anseio de alcançar esse ideal pode ser apreendido em várias colunas do jornal O Progresso.

Infancia desvalida. Por toda parte se levantam parabens ao sr coronel Bueno Brandão, dignissimo presidente do Estado, pela sua recente fundação da colônia João Pinheiro, destinado ao ensino, educação e regeneração dos menores desvalidos. A imprensa não tem regateado elogios a tão util e proveitoso estabelecimento e nem nós desconhecemos os incalculáveis e inestimáveis serviços que se devem esperar em prol da civilização e do trabalho. Pena é que não sejam creados em varios pontos do territorio mineiro, diversos estabelecimentos desta ordem, para abrigo e aproveitamento de creanças que vemos pelas ruas das povoações do interior, numa vagabundagem sem limites, sem occupação, sem frenquetarem uma escola e que de uteis cidadãos que podiam ser, crescerão entregues ao vício, abrigando dentro em si o germe dos futuros assassinos e gatunos, os comensaes das prisões do estado. O sr Wenceslau Braz, em boa hora eleito presidente do estado e que se propôs a continuar a sabia política do saudoso João Pinheiro, não descuidará, nós o esperamos, de lançar suas vistas protetoras para este magno assumpto, visto ser seu principal empenho a instrucção do povo e a regeneração dos costumes.⁴⁸

Perceba que o discurso eleva a importância da educação como meio de intervenção na formação da criança cidadã que se desejava para a nova República, o poder regenerador da instrução era o mote para a ampliação da educação pública e a construção de escolas como profilaxia social de uma praga que afetava toda a população brasileira, a indolência, a preguiça e ociosidade. O combate à "vagabundagem" infantil foi o segundo passo a ser dado pelas elites na edificação da República brasileira, o primeiro foi a regulamentação de leis que coibisse essas práticas nos adultos que viviam no meio urbano, já nas crianças o processo deveria ser mais intervencionista por

48 O Progresso. "A infancia desvalida". Uberabinha, 28 de Fevereiro de 1909. Ano II, Num. 75.

meio da educação gratuita, pois desse forma quando adulto sua resistência às práticas modernas seria menor. "Regeneração de costumes", palavras usadas pelo autor da coluna reforça a idéia que levantamos como problema, já que os costumes dessas classes menos abastadas eram vistas e entendidas como inconvenientes para a sociedade moderna que se queria forma(ta)r.

Porém, como dito anteriormente, as elites rurais que permaneceram no poder após a Proclamação da República mantiveram suas práticas excludentes que vinham desde o Império. Sobre o Regime Imperial Newton Sucupira, pesquisador com textos importantes na área da educação no Período Imperial, diz:

De qualquer modo, a autonomia das províncias e a descentralização educacional denotavam resquícios do federalismo americano. Nesse regime político, cabe aos Estados a responsabilidade pela educação, em geral, e se atribui à comunidade local poderes para organizar e gerir escolas primárias e secundárias, levantando taxas específicas destinadas à manutenção dos estabelecimentos escolares.⁴⁹

Embora seja uma lei do Período Imperial, nota-se um continuísmo da legislação republicana daquilo que fora determinado ainda no Ato Adicional de 1834, embora este Ato tenha sido abolido com a Constituição Republicana de 1891. Esse Ato determinava uma descentralização da educação passando a responsabilidade – de organização de métodos, a construção de escolas, a compra de mobília etc – às províncias, estas, por sua vez, delegavam aos municípios todas essas tarefas. Dessa maneira, acreditava-se que a população local poderia se organizar e cobrar de seus representantes uma educação de qualidade, ao mesmo tempo, o Estado se desobrigava de investir na educação primária e secundária. A complexidade da lei está na essência, pois ela fora pensada para a sociedade ianque, baseada nas comunidades locais pioneiros

49 SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar. (org). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. Editora Autores e associados. Campinas, SP, 2001. Embora o autor trabalhe com um período anterior ao meu, julgo ser necessário a leitura que ele faz do Ato Adicional, lei ainda do Período Imperial, que fora caducada pela Constituição Republicana. Contudo, como não havia uma outra lei que regulamentasse a educação nacional, ela fora utilizada como reafirmação da descentralização do poder das províncias em temas diversos, entre eles a educação.

calvinistas, muito distintas das comunidades brasileiras que herdaram um sistema centralizador português.

Nessa paisagem de descaso pela educação pública por parte da União é que entendemos as iniciativas isoladas de se organizar o ensino das primeiras letras em Uberabinha e em outras cidades do interior, as quais vão delineando os métodos a ser utilizado, o tempo do ano acadêmico, as condições das construções etc, de acordo com a realidade de cada município, os chamados “Municípios Pedagógicos”⁵⁰. Embora a legislação dissesse que a educação básica no Brasil fosse gratuita a toda a população, as províncias no ano de 1874 investiam cerca de 20% de suas receitas e o governo central, não mais que 1% de sua renda total.

Com a Proclamação da República, pouco avanço ocorre nos investimentos da educação pública. Os projetos que eram defendidos para o ensino primário e secundário, o eram feitos por elites liberais que não desejavam uma intervenção da União nesses graus de instrução, deixando a cargo dos estados, ou seja, apenas dando continuidade ao que fora proposto pelo Ato Adicional de 1834. Pode-se perceber mais claramente esse continuísmo com a aprovação do decreto nº. 7 de 20 de novembro de 1889, que fixava como competência dos estados as atribuições para a instrução pública em todos os graus.

Ainda que o ideal de educação para os mineiros fosse o paulista, não se via aqui a mesma estrutura de funcionamento, nem uma legislação que afirmasse a autonomia do município. Embora os investimentos por parte do estado das Gerais fosse diminuto, a burocracia educacional exigia que os testes de suficiência para todos os graus fossem realizados por um inspetor geral e um examinador ambos da capital do estado, ou seja, um aluno que estava no 4º ano primário só receberia seu certificado do curso quando o examinador da capital viesse aplicar o teste de suficiência, como veremos abaixo na Ata de Reuniões Escolares.

50 Categoria criada pelo Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto que descreve a autonomia dos municípios na organização do ensino público frente ao descaso de ações do Estado e das províncias para a organização do ensino público. Dessa forma, os municípios criam suas legislações próprias como tentativa de concretizar seus ideais sobre suas concepções de educação.

Aos 16 dias do mez de novembro de 1909 nesta cidade de São Pedro de Uberabinha, Estado de Minas Geraes, presentes na sala escolar quem funciona a 2ª cadeira do sexo masculino, presente o inspector escolar Ex^{mo} Sen^o Dr Manoel Lacerda, o examinador Dr José Augusto de Figueredo Murta e o respectivo professor Leão Coelho. As dez horas da manhã, a portas abertas, o referido inspector, assumindo a presidência da mesa examinadora, declarou que, como representante do governo do Estado, ia examinar os alumnos matriculados na mencionada cadeira, e em seguida ordenou ao respectivo professor procedesse á chamada de todos os alumnos.⁵¹

Este tipo de controle causava grande desconforto às elites intelectuais locais que defendiam uma ampliação da independência dos municípios, já que era as comunidades locais que bancavam a educação pública de acordo com a descentralização das responsabilidades do decreto 7º como visto acima. Porém, "após a promulgação da Constituição, o perfil do liberalismo e do "Estado Mínimo" passa a ser lei, mas dentro de um pragmatismo elitista e excludente dos grupos oligárquicos no poder", e as Gerais, que junto com São Paulo formavam o sistema coronelista mais 'evoluído', afastou ao máximo os investimentos públicos nas instruções primária e secundária.

51 Atas das Reuniões Escolares. Uberabinha, 16 de novembro de 1909.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No anseio de se construir uma cidade moderna, com uma sociedade em sintonia com o progresso e com o sentimento de poder mudar para melhor, as elites uberabinhense se aproximaram das discussões que ocorriam nos grandes centros urbanos do Brasil. As idéias que eram filtradas e apropriadas em concordância com as peculiaridades do município eram defendidas na imprensa e, também, na Câmara Municipal. Contudo, essas discussões eram diálogos de iguais, travados em meios de comunicação os quais a população menos favorecida não tinha acesso, o que contribuía para o afastamento da grande massa na participação dos projetos – ou fragmentos deles – que a cidade ia incorporando, assim como várias outras cidades, já que o projeto era macro, isto é, um país Republicano no qual as cidades tinham um valor imensurável.

Dentre os inúmeros aspectos e características do que se ia construindo sobre o que é ser cidadão, o que é cidadania, o que é ser patriota etc., em Uberabinha, pelos discursos na imprensa e na Câmara, esses adjetivos eram sempre relacionados com a higiene, seja do corpo ou do espaço urbano. Ou seja, o que nos chamou a atenção foi o fato de os jornais despenderem várias colunas de suas poucas páginas na inculcação de valores, até então novos para aquela sociedade, como a importância do trabalho, seja ele qual for, a importância de investir na convivência familiar, da prática da poupança do dinheiro etc. Essas ideologias, na nossa leitura, foram ganhando espaço e sendo valorizadas num ambiente de crescimento da racionalização de serviços e trabalho urbano.

Portanto, uma das hipóteses que tentamos defender, e cremos que conseguimos, é a de que a invenção dessas novas práticas sociais, isto é, a invenção dessas tradições, na maioria das vezes rejeitadas pela massa, fora alternativas encontradas pelas elites para criar um amálgama que homogeneizasse a mosaica sociedade brasileira. Seu reflexo em Uberabinha pode ser o Código de Posturas Municipais, o qual criou uma série de penalidades e multas que pressionava a população a obedecer, ainda que contrários a tais práticas. Num segundo momento, a importância dada no poder

intervencionista da educação, para a inculcação de valores que, como acreditavam as elites uberabinhenses, seriam internalizados e, no futuro, dispensaria a fiscalização externa, já que a própria consciência faria o papel da polícia.

Embora essas discussões tenham sido travadas e apregoadas como urgentes e necessárias para a cidade, notamos que pouco se fez para que o próprio Código fosse cumprido na sua íntegra, seja pela falta de policiais capazes de fiscalizar as transgressões, seja pela ineficiência dos políticos em criar uma legislação mais próxima da realidade da grande população.

A cidade, enquanto parte do projeto Republicano no Brasil, entra em nossa pesquisa, quase como um personagem, pois – para nós – as discussões e ações que tentaram racionalizar a cidade têm a mesma base teórico-científica usadas para a higiene do corpo. Dessa forma, as elites, tanto nacionais como locais, mascararam suas ações políticas com uma roupagem científica e higienista. Coube a nós, enquanto historiadores ‘peneirar’ as fontes e trazer uma leitura do processo de concretização das desigualdades na cidade de Uberabinha, bem como a marginalização, ora velada ora escancarada, da população pobre desta cidade.

Outra característica que percebemos muito forte nas elites uberabinhenses é a confiança irrestrita no poder da educação como forma de intervenção nos modos de vida da população mais resistente às mudanças de práticas sociais. Isto é, as discussões sobre a implementação de uma legislação que tornasse o ensino das primeiras letras obrigatório na província das Gerais, podem ser apreendidas como uma tentativa do governo de penetrar no íntimo das famílias, disseminando nesse núcleo suas ideologias e concepções de mundo. Dessa forma, a classe dominante tentava preparar uma sociedade menos resistente às várias características condizentes com seus projetos republicanos para o Brasil. Essas mudanças de práticas, entendidas pelas elites locais como retrógradas, coincidem com a reafirmação do capitalismo na República brasileira, o que reforça a nossa hipótese dessas leis criadas pelo poder legislativo da cidade e executadas pela prefeitura municipal como ações que anelavam extinguir as práticas ‘primitivas’ por aquelas as

quais justificassem o consumo. Ou seja, a legitimação do comércio alimentício, o qual fora mais bem trabalhado nessa investigação.

Portanto, a educação, como projeto de disseminação de cultura 'superior', falhou. A partir de então, a própria educação, que não logrou ser pública e de qualidade, passa ela mesma a ser um divisor de grupos sociais. Ou seja, embora os discursos da Primeira República expusessem algum tipo de idéia de massificação de práticas eugênicas, a educação ficou restrita a um diminuto grupo de cidadãos. O que queremos dizer é que, se num primeiro momento a educação era idealizada como forma de alavancar o progresso e disseminar uma cultura de re(s)pública, de fato, a instrução pública somou para alargar o abismo entre os grupos dominantes e as massas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das letras. 1987.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002

CASTRO, A. P. Cantelli. **Organização e disputas pelo espaço urbano: Uberabinha/MG (1890-1930)**. Uberlândia: Dissertação de mestrado defendida na UFU, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: Momentos decisivos**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1985. 3ª edição.

GONÇALVES NETO, Wenceslau e CARVALHO, Carlos Henrique de. "O nascimento da educação republicana: princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XIX". In GATTI JR., Décio & INÁCIO FILHO, Geraldo (org.). **História da educação em perspectiva: Ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas (SP)/Uberlândia (MG): Autores Associados/EDUFU, 2005, p. 263-294.

_____. **"Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha, MG"**. Cadernos de História da Educação. Uberlândia (MG), Universidade Federal de Uberlândia, n. 2, 2004, p. 59-66.

HOBSBAWM, E. e RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras. São Paulo, 1995. 26ª ed.

LIMA BARRETO. **Os Bruzundangas**. Editora Ática. São Paulo, SP. 1998.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa. MACIEL, L. A.. ALMEIDA, P. R. de. KHOURY, Y. A. (orgs). **Muitas memórias, outras histórias..** Editora Olho d'água. São Paulo, 2005

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Historia da educação brasileira.** São Paulo: Cortez & Moraes. 1979.

ROCHA, H. H. P. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925).** Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

SILVA, Antonio Pereira da. **As Histórias de Uberlândia.** Uberlândia (MG): Edição do Autor, vol. I [s.d.], vol. II-2002 e vol. III-2003.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar. (org). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988.** Editora Autores e associados. Campinas, SP, 2001

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central.** Uberlândia (MG): Uberlândia Gráfica Editora, 1970.

VIEIRA, Flávio César Freitas. **Profissionalização docente e legislação educacional: Uberabinha (1892 – 1930).** Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU, 2004 (Dissertação de Mestrado).

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 1995.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira, 1889-1937.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade: na história e na literatura.** Companhia das Letras. São Paulo, 1989.